

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 45

(Sem revisão final)

24 de abril de 2019

(17:36 h-18:35 h)

Ordem do dia:

Audição da Dr.ª Maria João Mendes, Chefe de Gabinete do ex-Ministro da Defesa Nacional

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados oradores:

Telmo Correia (CDS-PP)

Leonel Costa (PSD)

Diogo Leão (PS)

João Vasconcelos (BE)

Berta Cabral (PSD)

Ascenso Simões (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, desde há pouco, reitero os meus cumprimentos a todas e a todos.

Vamos, então, dar início à segunda audição de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Vamos proceder à audição da Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes, Chefe de Gabinete do ex-Ministro da Defesa Nacional, a quem cumprimento e agradeço, desde já, a disponibilidade.

No caminho para esta sala, tive oportunidade de questionar a Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes se pretendia exercer a prerrogativa regimental de proferir uma intervenção inicial, tendo-me respondido afirmativamente. Assim sendo, e reiterando os meus cumprimentos, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes** (Chefe de Gabinete do ex-Ministro da Defesa Nacional): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por apresentar os meus cumprimentos.

Optei por fazer uma intervenção inicial na medida em que me ajuda a posicionar as circunstâncias e penso que ajudará também os Srs. Deputados nas questões que certamente terão para colocar.

Tomei posse do cargo de Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, Professor Azeredo Lopes, em 12 de janeiro de 2018, tendo cessado funções após a sua demissão no dia 13 de Outubro de 2018.

Na data em que tomei posse já o furto das armas tinha ocorrido, bem como os acontecimentos que se lhe sucederam, designadamente a recuperação parcial das armas em 18 de outubro de 2017.

À data de 12 de janeiro de 2018, data da minha posse, a investigação criminal liderada pelo DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal) encontrava-se em segredo de justiça e no âmbito interno do Ministério da Defesa, continuavam a evoluir as atividades que decorriam das determinações feitas pelo Sr. Ministro, no âmbito das suas competências, como seja o caso das que resultavam do Despacho 57/MDN/2017 de 15 de setembro, que abarcava melhorias a implementar na área das normas e procedimentos, na área de infraestruturas e na área dos recursos humanos.

Assim, no desempenho das minhas funções enquanto Chefe de Gabinete do, então, Ministro Azeredo Lopes, recordo em especial quatro momentos de atuação, no que respeita ao processo de Tancos: o primeiro, logo em meados de janeiro de 2018, a propósito da consulta dos relatórios elaborados pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional e pelos ramos das Forças Armadas, no seguimento dos Despachos n.ºs 43 e 44/MDN/2017 de 4 de julho.

Por ofício datado de 21 de novembro de 2017, a Sr.ª Procuradora-Geral da República havia solicitado ao Sr. Ministro o envio daqueles Relatórios, para que os mesmos pudessem ser avaliados no âmbito do inquérito já em curso, nomeadamente naquilo que respeitava às circunstâncias que permitiram a retirada das armas dos paióis nacionais de Tancos.

Esse pedido tinha sido objeto de resposta do gabinete do Sr. Ministro da Defesa, em 7 de dezembro de 2017, informando o Ministério Público que os sete relatórios então elaborados, seis classificados como secretos e um como confidencial, não versavam sobre qualquer circunstancialismo relacionado com o furto do material de guerra, nem sobre as condições de segurança dos paióis de Tancos à altura do furto, mas antes, já numa perspetiva de futuro, sobre as ações imediatas a adotar, no sentido da introdução de melhorias do modelo de segurança dos paióis nacionais.

Atendendo à classificação dos relatórios em causa, foi proposto, então, nesse ofício que em alternativa ao envio dos relatórios, se promovesse uma avaliação presencial dos mesmos, por parte do Sr. Procurador responsável pela investigação e da sua equipa.

No seguimento do envio desta resposta, que, como referi, foi anterior à minha assunção de funções — foi em dezembro e eu só assumo as funções em janeiro de 2018 —, fui contactada, em meados de janeiro, pelo Sr. Procurador, no sentido de ser agendada, então, uma data para consulta presencial dos relatórios, conforme havíamos proposto no ofício anterior.

Para garantir que a referida consulta decorria, indubitavelmente, nas melhores condições, cumprindo integralmente o definido na lei para a documentação com a classificação em causa, foi solicitada por nós uma reunião ao Gabinete Nacional de Segurança (GNS), para que fossem claramente listados todos os requisitos e procedimentos a adotar, os quais foram comunicados ao Sr. Diretor do DCIAP, por ofício datado de 30 de janeiro de 2018, apontando-se nesse ofício, a necessidade de todos os elementos do Ministério Público que pretendessem exercer aquela consulta presencial, de terem credenciação pelo GNS (Gabinete Nacional de Segurança) em marca nacional e grau secreto, tendo sido também comunicado o conjunto de regras transmitidas pelo GNS na reunião realizada, no que concernia ao local de consulta e procedimentos a seguir no decurso da mesma.

Obtidas as necessárias credenciações pelo GNS, que nos foram endereçadas no final do mês de março de 2018, foi agendada, por conveniência da equipa de investigação, a data de 9 de maio, para realização da consulta solicitada, a qual decorreu sem quaisquer incidentes.

O segundo momento que retenho prende-se com a elaboração do Relatório *Tancos 2017-Factos e Documentos*, dando resposta ao

compromisso assumido pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional na audição de 16 de janeiro.

Neste relatório, remetido à Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares no dia 21 de março de 2018, para que o fizesse chegar à Comissão de Defesa Nacional, tendo sido igualmente remetido às várias instâncias do poder político, Ministério Público e Chefias Militares e como tal entregue igualmente ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Procuradora-Geral da República, à Polícia Judiciária, à Polícia Judiciária Militar, ao responsável pelo Sistema de Informação da República Portuguesa (SIRP), ao responsável pelo Sistema de Segurança Interna (SSI), ao responsável pelo Sistema de Informações Estratégicas da Defesa (SIED) e também, naturalmente, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Neste relatório, repito, incluiu-se toda a informação não classificada existente no Gabinete do Ministro da Defesa, sobre o incidente de Tancos e ainda algumas informações que, constando de informação classificada, não o eram enquanto tal, tendo procurado fazê-lo sempre com a preocupação de ser adotada uma forma que facilitasse a leitura e a compreensão dos acontecimentos, pois era objetivo primeiro, que este relatório fosse, dentro das regras relativas à informação abordada, acessível a todos.

O relatório de Tancos foi também disponibilizado de imediato *on-line*, no *site* do Ministério, para que pudesse estar disponível para todo o cidadão, uma vez que esteve sempre subjacente à sua elaboração, uma lógica de *accountability*, transparência e proximidade, como é frisado, logo nas suas folhas iniciais.

O terceiro momento ocorre em 25 de setembro quando a Sr.^a Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, que havia solicitado uma audiência ao Sr. Ministro da Defesa cerca de duas semanas antes, procedeu à entrega da requisição da detenção do Diretor da Polícia Judiciária

Militar, nos termos do determinado pelo artigo 22.º do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) que determina que «a detenção de militares na situação de ativo ou na efetividade de serviço é requisitada aos seus superiores hierárquicos pelas autoridades judiciárias ou de polícia criminal competentes, nos termos previstos na legislação processual penal aplicável».

Os acontecimentos desse dia, amplamente noticiados, são de todos conhecidos.

No seguimento da detenção do Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar, segue-se a aplicação da medida de coação de prisão preventiva, no dia 28 de setembro, a sua exoneração no dia 1 de outubro de 2018 e a nomeação do novo titular na mesma data.

Por último, assinalo que, em 4 de outubro, na sequência de notícias amplamente divulgadas na comunicação sobre a eventual entrega de um memorando ao meu antecessor pelo Diretor da Polícia Judiciária Militar, recebi de imediato um pedido do Sr. Ministro da Defesa, que se encontrava em Bruxelas a participar na reunião ministerial da NATO, para que fossem desenvolvidas, de imediato, todas as ações necessárias à sua localização, tendo concluído pela inexistência de qualquer registo do mesmo.

Neste mesmo dia e perante o conjunto de situações vindas a público, foi determinada à Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a realização de uma auditoria extraordinária aos procedimentos internos da Polícia Judiciária Militar, bem como às ações de prevenção e investigação criminal desenvolvidas e promovidas por aquele corpo superior de polícia criminal que fossem da sua competência ou que lhe fossem cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estes são os factos mais relevantes que ocorreram na vigência das minhas funções.

Coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para as perguntas que quiserem fazer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr.^a Maria João Mendes.

Por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, dispondo, conforme acordado, de 5 minutos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes, agradeço os esclarecimentos que nos prestou, mas vou pedir-lhe que pormenorize o seguinte aspeto: a Sr.^a Doutora disse-nos as datas em que exerceu as funções de Chefe de Gabinete, mas esteve no Gabinete, mesmo antes de ter sido Chefe de Gabinete, pelo que lhe pergunto que funções é que desempenhou antes de assumir as funções de Chefe de Gabinete do então Ministro da Defesa Nacional.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, é uma realidade.

Entreí no Gabinete no dia 1 de janeiro de 2017 para exercer as funções de assessoria financeira e foram essas as funções que exerci até à tomada de posse como Chefe de Gabinete.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, nesse caso, faço-lhe uma pergunta, obviamente anterior e genérica, para saber se, no âmbito dessas funções, teve alguma vez algum contacto com a realidade e a situação de Tancos, com as dificuldades existentes, com a necessidade de financiamento, com a necessidade de investimentos nos paióis. Isto porque esta Comissão passou um bocadinho por aí também, ou seja, pela situação que os paióis tinham, pelas deficiências que tinham, até pela rede e por várias coisas. Ora, essas eram matérias do foro financeiro e teriam de ir ao Gabinete do Sr. Ministro. Pergunto-lhe se teve algum contacto com essa realidade, alguma informação, se teve alguma vez a perceção sequer que existia essa preocupação ou não.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, como assessora financeira, eu tive a percepção das muitas necessidades que as Forças Armadas em permanência referiam.

Nesse âmbito, recordo que em maio foram despachadas pelo Sr. Ministro as primeiras verbas relativas à questão da reposição das vedações dos paióis. Eram muitas as solicitações, os vários ramos das Forças Armadas têm de fazer opções, e muitas vezes de tomar decisões, mas lembro-me nomeadamente desse processo e das muitas necessidades que sempre colocaram, mesmo o Exército em relação a essas e a outras medidas antes, muito antes, depois, durante, até porque, de alguma forma, era minha missão acompanhar, do ponto de vista da execução financeira, a LPM (Lei da Programação Militar) onde estão, na realidade, refletidas as grandes capacidades das Forças Armadas.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Do seu ponto de vista, enquanto membro do Gabinete com responsabilidades financeiras, foi dada prioridade suficiente à questão dos paióis e ao investimento que era necessário ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, não me cabe a mim definir as prioridades em relação às execuções, autorizações ou organização dos processos para autorização.

Porém, o que lhe digo é que sempre foi minha prioridade que todos os processos que entravam tinham de ser avaliados e despachados com a máxima celeridade e essa sempre foi uma preocupação ao longo de toda a minha vida profissional e, portanto, também em relação a todos os processos que eram apresentados pelo Exército.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quer dizer, a prioridade não era na tramitação era mais como opção política por assim dizer. Era desse ponto de vista que eu lhe falava na prioridade.

Por outro lado, Sr.^a Doutora, foi feito um investimento muito grande na sequência da operação Troia e da própria transferência deste material, ou seja, acabou por haver um investimento considerável que não tinha sido feito até à altura. É assim não é?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, muitas vezes em situações de crise, redefinem-se as prioridades e foi o que aconteceu perante esta circunstância.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não vou questioná-la sobre a decisão política porque não é sua como é evidente, mas peço-lhe que especifique só um bocadinho melhor aquilo que nos disse ainda agora sobre os relatórios.

A Sr.^a Doutora leu o documento que preparou para a Comissão, mas, até pela leitura corrida que fez, não ficou claro a que relatórios se referia quando disse que os investigadores, os inspetores pediram para os conhecerem. Referiu que havia relatórios que eram secretos, que foi preciso autorizar o seu conhecimento. Para mim, isso não ficou completamente claro, talvez pela leitura ter sido, passe a crítica, um pouco rápida e corrida. Não consegui perceber exatamente e se pudesse detalhar agradecia.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Logo no seguimento do roubo dos paióis de Tancos, o Sr. Ministro emitiu dois despachos fundamentalmente, os Despachos n.^{os} 43 e 44/MDN/2017, em que dá orientações no sentido de ser tomado um conjunto de medidas para melhoria imediata das condições de segurança dos paióis não só de Tancos mas

nacionais, em geral, e determina aos ramos das Forças Armadas — EMGFA e ramos — e à IGDN (Inspeção-Geral da Defesa Nacional).

São os relatórios feitos na sequência destes dois despachos, que, aliás, constam todos do relatório *Tancos 2017 — Factos e Documentos* que os Srs. Deputados bem conhecem. São estes relatórios que a Procuradoria-Geral da República pediu, numa primeira fase, que enviássemos. Face ao conteúdo e à classificação dos mesmos, propusemos que eles os fossem consultar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr.^a Doutora. Estou esclarecido.

Disse-nos também que não tinha as funções que levaram a que fosse chamada para estar nesta Comissão na altura do reaparecimento das armas ou da encenação. Pergunto: teve alguma intervenção, algum conhecimento, nessa altura? Houve alguma participação da sua parte ou alguma informação que tivesse tido nesse momento ou no dia em que apareceu, inclusivamente, o comunicado da PJM, no dia em que é dito que todo o material teria sido recuperado? A Sr.^a Doutora teve acesso a informação? Tem memória relativamente a esse momento? Isto porque já estaria no Gabinete, ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — A memória que tenho, Sr. Deputado, é a que temos todos nós como cidadãos, porque, na realidade, esse facto foi mais do que mediatizado e todos temos conhecimento dele.

Eu exercia as funções financeiras e cabe-me dizer — aliás, pelo meu antecessor já foram, de alguma forma, descritas as funções do Gabinete — que eu avaliava, do ponto de vista financeiro, os processos que me chegavam.

Portanto, naturalmente que tive conhecimento porque foi um facto muitíssimo divulgado, mas tive o conhecimento que certamente todos os Srs. Deputados tiveram.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim.

Há outro momento — aí já com a Sr.^a Doutora em funções — que é o conhecimento público da existência do célebre memorando que teria sido entregue ao seu antecessor, portanto ao Chefe de Gabinete do Sr. Ministro Azeredo Lopes, juntamente com uma fita do tempo.

Sr.^a Doutora, qual é o procedimento normal, diria que em qualquer Ministério, designadamente no Ministério da Defesa, de um documento qualquer que entre e que seja entregue no Gabinete do Sr. Ministro a um Chefe de Gabinete?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — O documento normal, se for oficial, se for um documento oficial — isto é preciso dizer — é, naturalmente, encaminhado para o apoio para registo e depois volta para ser despachado e endereçado a algum dos assessores, mediante as matérias. Mas imediatamente vai para o apoio para ser registado em termos do sistema de gestão documental.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Foi isso que aconteceu sempre consigo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sempre comigo. Perante aquilo que diz o Sr. General Martins Pereira... Se me pergunta se todos os papéis indiferenciados que me foram entregues foram para o arquivo para registo no sistema, de certeza que não foram. Agora, documento oficial que entrasse tinha, e tem, sempre esse encaminhamento.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, compreendo a sua resposta, mas devo dizer que não colhe.

Chega o Diretor da PJM, acompanhado por um dos principais investigadores com uma fita do tempo sobre o que aconteceu e mais um memorando com informações, que ninguém conhecia, sobre o furto de Tancos e é dito: «Olhe, isto é um papel não oficial que fica por aí e desaparece!» Na minha opinião, não colhe.

Obviamente que esse documento tinha de ser registado, tinha de estar, de alguma forma, referenciado e tinha de ser presente ao Sr. Ministro. Sei que não aconteceu consigo, mas é da maior estranheza e por isso pergunto-lhe, quando foi confrontada com isto, o que foi feito no Ministério para localizar este documento e até se o Sr. Ministro conhecia ou não o documento, porque isso ainda não é claro para mim.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Penso que é claro para todos nós em relação à sua última questão. O Sr. Ministro declarou por múltiplas vezes que não conhecia o documento. É isso que eu sei e que, penso, todos sabemos.

Relativamente àquilo que foi feito, o Sr. Ministro telefonou-me imediatamente, ainda de Bruxelas, e disse-me: «Vocês, por favor, verifiquem novamente o arquivo na sua plenitude para que possam, eventualmente, detetar uma situação dessas.» Aliás, respondi ao Sr. Ministro o seguinte: «De certeza que esse documento não entrou, porque se tivesse entrado, tinha sido arrolado quando se reuniram todos os documentos existentes para a elaboração do relatório de Tancos.»

Eu sabia que não havia nenhum documento dessa natureza. Portanto, eu disse-lhe: «Sr. Ministro, acho muito improvável, mas amanhã faremos todo o rastreamento e daremos resposta». E, na realidade, nada encontramos, nada estava registado, não havia qualquer indício de esse documento ter entrado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, o que estamos a concluir aqui é que o seu antecessor, Chefe de Gabinete General Martins Pereira, recebeu um documento, omitiu-o ao Ministro da Defesa Nacional ou achou que não era importante a revelação de que PJM tinha um processo paralelo, tinha criado uma encenação, etc., e nem sequer deu conhecimento. É, no mínimo, muito estranho, Sr.^a Doutora. Pergunto-lhe o que é que ocorreu durante essa busca.

Sabemos também que foi determinada uma auditoria. Pergunto-lhe quais são os resultados dessa auditoria e que irregularidades foram detetadas na auditoria determinada pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional aos procedimentos internos da PJM.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sobre o conhecimento e sobre a atuação do General Martins Pereira, não me manifesto, naturalmente. Julgo que ele explicou tudo aquilo que achava relevante nesta Comissão.

No que respeita à auditoria extraordinária que foi determinada, ela previa um prazo de 60 dias para apresentação do relatório. Ela foi determinada a 4 de outubro, as minhas funções tinham-se alterado, entretanto, mas eu sei, porque perguntei, que ele foi entregue dentro do prazo e foi despachado, foi homologado pelo atual Ministro.

Não conheço o relatório, naturalmente, não cabe no âmbito das minhas competências e não me foi dado conhecê-lo. Mas sei que foi entregue e que foi homologado pelo Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Telmo Correia. Agradeço também à Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes as respostas a instâncias do Sr. Deputado.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Costa.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes.

Sr.^a Doutora, acredito que deva ter havido uma passagem de testemunho, uma ou várias reuniões com o seu antecessor. Como é que decorreu essa reunião no caso que importa quanto a Tancos? Foi-lhe dado o ponto da situação do processo de Tancos? Que informação foi essa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Na chamada «transferência de pasta» que sempre ocorre, relativamente a Tancos a única situação que estava a transitar era, na realidade, o pedido de consulta dos relatórios a que já aludi. Tudo o resto era um processo que estava a decorrer e em segredo de justiça. Os factos eram todos passados e nada foi abordado, a não ser este assunto que lhe referi.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Era um assunto que já não estava a necessitar mais atenção da parte do Ministério da Defesa, é isso? Era um assunto que já não carecia de mais atenção da parte do Ministério da Defesa, é isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, carecia de toda a importância do Ministério da Defesa, naturalmente. Tudo aquilo que diz respeito à segurança das instalações militares, naturalmente, é muito importante, diria mesmo que é o Ministério que tem por incumbência ter a maior atenção a esse pormenor.

Mas, como digo, relativamente a esta matéria, aquilo que era crucial era a adoção das medidas para futuro para que não houvesse repetição. E essas foram determinadas nos Despachos n.^{os} 43 e 44/MDN/2017.

Como sabe e é do conhecimento público, está no relatório e foi falado inúmeras vezes: foram feitas as mudanças de paióis, foi armazenado nas devidas condições tudo aquilo que eram as armas e as munições que estavam armazenadas nos paióis, foram feitas obras. Inclusivamente, a maior parte delas muito antes de eu assumir funções.

Depois de criada uma situação que tendencialmente assegurava que não houvesse repetições daquilo com que nos tínhamos confrontado, o que acontecia era que nós próprios aguardávamos, naturalmente sempre atentos às necessidades das Forças Armadas em geral e às suas exigências, pelo finalizar do processo. Mas não intervínhamos, o processo estava no foro em que estava e aquilo que fazíamos era aguardar que ele fosse concluído para poder eventualmente, se fosse o caso, tomar inclusivamente outro tipo de ações.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Mas pode dizer-se que o processo já estava estabilizado em termos dessa... Sei que estava a decorrer o processo-crime mas para vós, internamente, estava estabilizado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Estava estabilizado naquilo que eram os factos passados. Como disse, continuou a ser desenvolvido todo um conjunto de ações de melhoria das instalações que davam resposta àquilo que tinham sido as determinações.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Na transição do seu antecessor para si, ele mencionou-lhe aquela reunião, que já aqui foi falada, havida entre o Coronel Luís Vieira e o Major Vasco Brazão em que lhe terá sido entregue o tal memorando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — De modo algum.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Não lhe mencionou essa reunião?

No entanto, como tomou depois conta do assunto, tem algum registo de que essa reunião tenha acontecido? Tem conhecimento de que essa reunião tenha acontecido?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, sobre essa matéria, eu só conheço aquilo que foi divulgado, tal e qual como os senhores. Não conheço absolutamente mais nada.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, mas tem acesso ao processo interno do Ministério da Defesa.

Pergunto se tem conhecimento, sei lá, da agenda, de alguma coisa que lhe possa levar a crer que houve esta reunião, já que não teve sequer necessidade de questionar... Não foi falada esta suposta reunião, nem da entrega do memorando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Reitero, não foi falada a reunião, nem a entrega do memorando. O Sr. General, em declarações que fez, já afirmou que a reunião tinha existido até a uma hora bastante matinal, mas que tinha existido. É tudo quanto sei.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, a reunião existiu. Não sabe é o teor da reunião, é isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, eu só sei que a reunião existiu pelas declarações que foram feitas pelo próprio, inclusivamente nesta Comissão.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Mas, na altura, ele não transmitiu, não é?

Se não falou do memorando, também não informou se deu conhecimento superiormente ao Ministro da Defesa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Ele não falou comigo sobre esse assunto.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Após ter começado a exercer funções como Chefe de Gabinete, participou em alguma reunião no Ministério da Defesa Nacional sobre o assunto de Tancos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Vamos lá ver, eu acompanhei os trabalhos, por exemplo, de elaboração do relatório *Tancos 2017 - Factos e Documentos* e, nesse sentido, houve, na realidade, quer pela recolha de todos os documentos necessários, quer pela tramitação... Foram cerca de três meses de trabalho e, portanto, é natural que, durante esse período, tenham existido contactos sobre toda aquela documentação que veio a ser facultada e coligida. Nesse âmbito, sim.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, as suas reuniões no Ministério da Defesa sobre o assunto de Tancos podem resumir-se à elaboração desse documento, chamado *Factos e Documentos*, disponibilizado em março de 2018? Resumiu-se a isso, não houve mais nada *a posteriori*?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, resumiram-se, nomeadamente àqueles momentos a que eu aqui já aludi na minha intervenção inicial e, naturalmente,...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — E que momentos são esses? Se puder esclarecer...

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Volto a dizer: primeiro momento, a consulta dos documentos pela Procuradoria-Geral; segundo momento, a elaboração do relatório; terceiro momento, a detenção, na PJM, do Diretor da PJM e tudo aquilo que se seguiu, ou seja, a sua exoneração e a nomeação de novo titular; e, depois, um quarto momento, em que vem a público a possível existência desse tal outro documento que teria sido entregue.

São estes os quatro momentos.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Vamos voltar à questão do memorando.

Independentemente de este não ter sido um dos temas abordados na transição de pastas do seu antecessor para si, teve, posteriormente, conhecimento deste memorando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Só tive conhecimento deste memorando através das declarações posteriormente feitas, até porque o Sr. General Martins Pereira foi prestar declarações que foram tornadas públicas. É nessa medida que tenho conhecimento do memorando.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Mas o teor do documento? Nunca o viu, então?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Nunca.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Tem conhecimento se o Sr. Ministro da Defesa de então, Azeredo Lopes, teve conhecimento deste memorando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — O Sr. Ministro da Defesa declarou várias vezes que nunca tinha tido conhecimento deste memorando. Eu não estava lá no momento, mas estive depois e acompanhei várias declarações do Sr. Ministro, em que declarou que desconhecia o memorando.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Pode dizer-se que ele desconhecia este memorando até ao dia da demissão, pelo menos, até ao dia 12 de outubro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Acho que pode inferir-se isso das palavras dele, mas, como lhe digo, eu não estava presente. Mas acho que todos nós podemos inferir isso das declarações dele.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Momentos antes desta audição, nós ouvimos aqui o assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, que disse que, precisamente, no dia 12 de outubro teve acesso ao teor deste memorando e que o entregou ao Sr. Primeiro-Ministro. Aliás, não disse que o entregou ao Primeiro-Ministro, mas disse que o entregou ao Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, a minha questão é esta: tendo em conta que nesse dia é razoável que o Sr. Primeiro-Ministro tenha tomado conhecimento do teor deste memorando e que o Sr. Ministro da Defesa se demitiu precisamente nesse dia, não será que, previamente à sua demissão, o Sr. Ministro da Defesa Nacional, pelo menos nesse dia, tenha tomado conhecimento dele? Traduzindo, posso colocar a questão de outra forma: o teor deste memorando e o seu conhecimento pelo Sr. Primeiro-Ministro não tiveram implicação direta no pedido de demissão do Sr. Ministro da Defesa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — As razões da demissão do Sr. Ministro são conhecidas através de uma carta que também veio publicada

em vários órgãos de comunicação. Aliás, eu também a conheci através da comunicação social.

No dia 12 eu não estava presente no Ministério, estava fora, numa conferência, e o conhecimento que tenho dessa situação é, precisamente, a carta de demissão do Sr. Ministro que, inclusivamente, veio publicada em inúmeros órgãos de comunicação social.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, o Sr. Ministro não falou com a chefe de gabinete antes de se demitir? Não teve reuniões antes, para se inteirar e, eventualmente, tomar a decisão? Sei que é uma decisão muito pessoal e até política, de alto nível, mas, como Chefe de Gabinete, não teve conhecimento de nada?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Não, não tive. Inclusivamente, eu tive conhecimento da demissão do Sr. Ministro por ocorrências que são absolutamente anormais. Eu estava numa conferência e ligou-me a Secretária do Sr. Ministro quando eu estava exatamente na sessão de encerramento. Mande-i-lhe um SMS a dizer precisamente isso, que estava na sessão de encerramento e que, quando acabasse, lhe ligaria.

Quando lhe liguei, a Secretária do Sr. Ministro disse-me que o Sr. Ministro queria falar comigo com urgência, mas quando eu liguei ao Sr. Ministro já não consegui falar com ele. Entretanto, por acaso, ligou-me o meu marido, a dizer: «Olha, está a sair nas notícias que o teu ministro se demitiu!». Foi assim que eu soube da demissão do Sr. Ministro.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Não sei bem quais são as funções de um Chefe de Gabinete, mas tem conhecimento se, na agenda dele desse dia, estava prevista, ou se teve, alguma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Não estava prevista qualquer reunião com o Sr. Primeiro-Ministro nesse dia.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Uma última questão: tendo em conta o que acabei de lhe traduzir do que aconteceu na audição anterior, de que foi no dia 12 de outubro que o Gabinete do Primeiro-Ministro tomou conhecimento deste memorando, acha que pode ter sido natural ou consequência direta o conhecimento pelo Primeiro-Ministro e que este facto tenha levado à demissão do Sr. Ministro da Defesa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Não, não acho. Conhecendo eu o Sr. Ministro — e porque, apesar de não ter falado antes, falei depois —, e pelo que ele me disse, sei que, na realidade, a preocupação dele, que está expressa na carta de demissão, era, no fundo, a salvaguarda da instituição Forças Armadas, porque o avolumar das situações que causavam, naturalmente, instabilidade numa instituição tão importante como são as Forças Armadas, estava, de alguma forma, a prejudicá-la.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Costa.

Agradeço, também, as respostas prestadas pela Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Leão, nos mesmos termos.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes, aceite os cumprimentos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, também, os cumprimentos pessoais da minha parte e um agradecimento por estar hoje nesta Comissão de Inquérito.

Permita-me um breve aparte e o não me dirigir a si, diretamente, mas enfim, é para que possamos clarificar os trabalhos que estamos aqui a realizar hoje. Tendo em conta a audição que tivemos anteriormente com o Sr. Major General Tiago Vasconcelos, o Sr. Deputado Leonel Costa, nesta mesma audição e na intervenção anterior, quase se preparava para afirmar que o Sr. Major General tinha entregado o memorando ao Sr. Primeiro-Ministro, o que não é verdade, ele entregou esse mesmo memorando, e fez questão de o dizer, ao Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André.

Enfim, a verdade deve ser reposta e deve haver rigor, justamente no tratamento das informações que nos são aqui confiadas pelas várias individualidades que participam e contribuem para esta Comissão de Inquérito.

Duas questões muito breves, muito objetivas: ouvi atentamente a Sr.^a Doutora e percebi que valoriza o segredo de justiça, valoriza que estivesse uma investigação judicial em curso, e muito bem, durante o período em que desempenhou funções de assessoria e depois como Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, o que a levou sempre a agir com respeito pela separação de poderes. Daí que lhe pergunte se durante o período em que exerceu funções como Chefe de Gabinete a Sr.^a Doutora foi contactada, de alguma forma, para dar conta do que se tinha passado com o reaparecimento do material militar na Chamusca. Alguma vez teve motivos para supor que algo de errado se poderia passar?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Não, nunca.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Relativamente à atuação da Polícia Judiciária Militar, que era um órgão de polícia criminal dependente do Ministério da Defesa Nacional e do Ministro da Defesa, alguma vez recebeu

ou teve conhecimento de quaisquer queixas relativas à atuação deste mesmo órgão de polícia criminal?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Devo dizer-lhe o seguinte: eu não conheci o Sr. Coronel Luís Vieira, nem sequer o Major Vasco Brazão, nem qualquer outro elemento. Eu só conheci a Polícia Judiciária Militar e só a visitei no dia 2 de outubro, após a tomada de posse do novo titular da Polícia Judiciária Militar, Paulo Isabel, em que, no seguimento da tomada de posse, o Sr. Ministro, o Sr. Almirante CEMGFA e todos os chefes militares foram visitar a Polícia Judiciária Militar.

Nessa altura, eu acompanhei-os, numa visita que, digamos, foi de cortesia e apresentação. Apresentei-os e foi esse o único contacto que tive com a Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Muito obrigado, assim fica feito o esclarecimento.

Sr. Presidente, não tenho mais questões a formular.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Diogo Leão.

É a vez agora do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado João Vasconcelos, faça favor.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar a Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes e agradecer-lhe as respostas que já foram aqui dadas a esta Comissão de Inquérito.

Sr.^a Doutora, não queria repetir-me, mas, de qualquer modo, iria ainda colocar-lhe algumas questões e a primeira é a seguinte: alguma vez o Sr. ex-Ministro da Defesa conversou consigo sobre o furto do material de guerra e a sua recuperação na Chamusca no ano de 2017?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Nunca conversou comigo sobre esse assunto porque, no fundo, eram factos do passado, factos que nós tínhamos acompanhado... Eu tinha acompanhado dentro do Gabinete mas, fundamentalmente, através da comunicação social e acho que neste processo todos nós acompanhámos mais na comunicação social do que em tudo o resto.

Em relação ao que era facto verídico e ao que não o era. Portanto, digamos que todo o conhecimento estava espalhado em momentos anteriores e também não haveria essa necessidade em relação a essa circunstância. Na realidade, nunca houve uma conversa objetiva sobre essas situações do passado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Em casos mais específicos e tendo em conta o período em que foi Chefe de Gabinete do então Ministro da Defesa, que, como referiu, foi entre 12 de janeiro e 13 de outubro de 2018 — se a memória não me falha são estas as datas —, iria colocar-lhe algumas questões sobre alguns acontecimentos, numa espécie de fita do tempo.

Em 19 de janeiro de 2018, altura em que a Sr.^a Doutora já era Chefe de Gabinete, o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Rovisco Duarte, afirmou que o material de guerra em Tancos era um assunto encerrado. Alguma vez conversou sobre isto com o Sr. Ministro? Houve algumas conversas sobre este facto ou houve alívio relativamente a estas declarações do Sr. General Rovisco Duarte?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Não conversei objetivamente sobre isso, mas esse foi um assunto que, naturalmente, foi do nosso conhecimento e foram declarações do Sr. General CEME, as quais nós, no Gabinete, acompanhámos e que nos causavam — só podiam causar —

agrado, na medida em que, realmente, vinha sendo tomado um conjunto de medidas. Mas eu sobre elas também não atuei. Naturalmente, tive delas conhecimento, só podia, mas não tive qualquer atuação nesse âmbito.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Algum tempo mais tarde, mais propriamente no dia 12 de setembro, o Sr. Dr. Azeredo Lopes não disse que sim, nem que não, na Comissão de Defesa, quando houve uma audição sobre o material recuperado na Chamusca. Admitiu que não tinha certezas sobre esse facto. Alguma vez o Sr. Ministro conversou consigo sobre o acontecimento, sobre ele ter dito que não tinha a certeza de que todo o material tivesse sido recuperado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — O que eu conheço é aquilo que todos nós conhecemos.

Na realidade, sobre o que era o material recuperado ou não recuperado, houve inúmeras informações que circularam, e daí, penso eu, as declarações do Sr. Ministro, no fundo, se inserirem exatamente neste ambiente, que é: está a decorrer um inquérito, aguardemos pelas suas conclusões, na medida em que as notícias que vinham a público eram, inclusivamente, dispares. É isso que lhe posso dizer relativamente a esta matéria.

Penso que tenha sido essa a razão que levou o Sr. Ministro a fazer essas declarações.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A 25 de setembro, o País tem conhecimento da chamada Operação Húbris, em que é detido o antigo Diretor da Polícia Judiciária Militar, também alguns militares da GNR e um civil. Há 8 mandatos de detenção. Chegaram a conversar sobre isto, com certeza. Naturalmente que isso foi objeto de conversa no Ministério entre o Sr. Ministro e a Sr.^a Chefe de Gabinete.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Naturalmente que tive de acompanhar esse momento.

Como digo, a Sr.^a Procuradora-Geral da República tinha pedido uma reunião ao Sr. Ministro, por intermédio da Chefe de Gabinete da Sr.^a Procuradora, que falou comigo cerca de 15 dias ou três semanas antes. A reunião foi agendada, inclusivamente chegou a estar agendada a ida do Sr. Ministro à Procuradoria.

Na última semana e por marcação de uma série de pedidos de audiência, o Sr. Ministro pediu-me que eu falasse no sentido de ser a Sr.^a Procuradora a ir ao Ministério, uma vez que, em termos de agenda, isso facilitava. Falei dessa circunstância com a Chefe de Gabinete, ficou agendado que a reunião seria no Ministério e teve lugar no dia 25, no Ministério.

Foi aí e nessa data até porque, como referi na minha apresentação, no meu apontamento inicial, era obrigatório que fosse entregue a notificação, o auto, porque a detenção do Sr. Coronel Luís Vieira tinha de ser feita, no âmbito e nos termos do EMFAR por um oficial de nível superior, e tinha de ser entregue. Foi isso que foi feito.

Não estive presente nessa reunião. Foi uma reunião do Sr. Ministro com a Sr.^a Procuradora-Geral e com o Sr. Diretor do DCIAP, que a acompanhou, e eu não estive presente. Sei apenas que ainda a reunião decorria no Gabinete do Sr. Ministro — o meu gabinete, como é o gabinete do atual Chefe de Gabinete, dá de frente para a PJM — e a minha secretária veio dizer-me: «Olhe o que está lá fora.» Na realidade, era uma panóplia de jornalistas, de televisões, e ainda não tinha acabado a reunião do Sr. Ministro com a Sr.^a Procuradora.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No dia 4 de outubro, o semanário *Expresso* divulgou uma notícia sobre a célebre encenação e que o Sr. Ministro da Defesa conhecia essa encenação.

No seu entendimento, considera que o Sr. Ministro não conhecia, não estava na posse desses factos e não considerava que a recuperação das armas fosse uma encenação? Chegaram a conversar sobre isto? Qual o seu conhecimento sobre esta matéria?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, já me referi a essa matéria. O Sr. Ministro disse-me várias vezes que nem fazia ideia. Aliás, nós, quando começámos a pesquisar por um documento, nem sabíamos... O certo é que se algum documento tivesse entrado, ele tinha de ser registado e, portanto, nós «varremos» tudo. Mas eu nem sabia de que tipo de documento andava à procura. Andava à procura de um documento que pudesse ter sido entregue no âmbito... E conheço as declarações do Sr. Ministro, reiteradamente, afirmando que não conhecia o documento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Uma última pergunta: no seu entendimento, considera que houve, afinal, uma encenação com a recuperação de armas ou não se tratou de nada disso e foi exatamente uma recuperação de armas como afirmou o ex-Diretor da PJM?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, sobre essa matéria, como sobre outras, aguardo pelas conclusões do inquérito.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Terminei as minhas questões.

O Sr. **Presidente**: — Chegámos ao fim da primeira ronda. Segue-se uma segunda ronda e a Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes terá a amabilidade de apontar as questões que lhe forem colocadas, na medida em que os grupos parlamentares disporão de até 2 minutos para formular as suas questões e a resposta será conjunta.

Retomando a sequência inicial, dou a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, há uma parte daquilo que nos diz, e não digo que seja culpa sua, que acho que não é crível para ninguém. Não são as suas declarações O que não é crível para ninguém é a descrição do que possa ter acontecido no Ministério da Defesa ou em qualquer Ministério.

Então, chega um diretor da Polícia Judiciária Militar, um dos principais organismos tutelados pelo Ministério, com um documento a dizer tudo isto sobre um assunto que, enfim, não era um assunto menor, era só o desaparecimento de material militar, com o pânico que isso gerou no País, etc., onde está a verdade da história... Está aqui que isso foi uma encenação, está aqui que houve processos paralelos, está aqui que a PJM agiu à margem da lei... Entrega isto a um Chefe de Gabinete e depois disto o que aconteceu?

O Chefe de Gabinete não contou, escondeu, ou qualquer coisa assim do género, o Sr. Ministro continuou alegremente a governar na ignorância deste assunto durante um ano e ninguém teve a bondade de lhe transmitir isto?!

Sr.^a Doutora, desculpe mas para a Sr.^a Doutora, que foi Chefe de Gabinete — eu nunca fui Chefe de Gabinete mas já passei pelo Governo como Ministro —, enfim, isto era de um grau de deslealdade ou de um grau de incompetência tal que é impensável. É impensável um Chefe de Gabinete

omitir uma coisa destas ao Ministro. Há aqui qualquer coisa que não bate certo.

Não lhe vou perguntar sobre isso, pois a Sr.^a Doutora, sobre isso, não me pode dizer muito mais, mas vou perguntar o seguinte: quando o Sr. Ministro lhe diz que «há aí um assunto de que nunca ouvi falar, há um memorando que não conheço mas vem na comunicação social e que parece que terá sido entregue e que indiciaria que, afinal, no Ministério saberíamos toda a verdade sobre a encenação, mas ninguém teve a bondade de me contar», o que é que a Sr.^a Doutora fez para tentar recuperar o documento? Designadamente, pergunto se não pegou no telefone e não ligou ao seu antecessor a perguntar que documento era esse, onde é que ele estava e por onde é que ele poderia ter passado?

Penso que essa seria uma diligência lógica para qualquer pessoa.

Se me perguntassem a mim, eu iria perguntar a quem estava antes de mim. Perguntaria: «O que é que fez a este documento, onde é que ele está.»

Se não foi assim, evidentemente que só posso discordar da sua ideia de que o Sr. Ministro se demitiu para proteger a instituição militar.

Sr.^a Doutora, desculpe mas vir a saber-se que, afinal, o Gabinete dele sabia desde há um ano tudo o que tinha acontecido — o gabinete depende dele, é da responsabilidade dele, é de nomeação dele — e ele andou na ignorância durante um ano, era causa mais do que suficiente para demitir quem quer que seja!

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do PS.

Pausa.

Aliás, é a vez da Sr.^a Deputada Berta Cabral, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, a minha única preocupação era a de não alterar a ordem das inscrições, mas compreendo perfeitamente que queira dar a palavra pela ordem sequencial das intervenções.

A única coisa que queria aqui lembrar é que nas declarações proferidas nesta Comissão, e que estão gravadas, objetivamente, foi declarado pelo Sr. General Martins Pereira, Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, que deu conhecimento ao Sr. Ministro do teor do memorando. O que ele disse foi que tinha tirado uma fotografia ao memorando e que nem sabia se o tinha destruído.

Na audição anterior, ficámos a saber que afinal não o tinha destruído porque o entregou, no dia 11 ou 12 outubro de 2018, ao Assessor Militar do Primeiro-Ministro. Portanto, há aqui uma incongruência.

O Sr. General Martins Pereira já tinha encontrado o documento — eventualmente, podia ter a ideia que o tinha destruído mas, afinal, não tinha, porque o entregou ao assessor militar do Primeiro-Ministro —, mas disse que tinha tirado a fotografia e tinha dado conhecimento do seu teor ao Ministro da Defesa Nacional. Isto faz parte das gravações e, portanto, não vale a pena voltarmos atrás para reescrever a história porque é evidente que o Sr. Ministro, mesmo que não tivesse tido o documento, tinha conhecimento do seu teor.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, para concluir esta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, as audições são públicas e estão gravadas. O que disse cada uma das personalidades que aqui

esteve é de cada uma dessas audições e agora estamos em presença da Dr.^a Maria João Mendes, que foi Chefe de Gabinete do Sr. Ministro.

A Sr.^a Dr.^a Maria João não se chama General Martins Pereira, não se chama Azeredo Lopes, chama-se Maria João e é nessas circunstâncias que aqui temos de a ouvir.

Se houve ou não discordâncias, afirmações, posicionamentos de outras pessoas que já passaram por aqui mas que não são, efetivamente, a Dr.^a Maria João, não temos de fazer nenhuma pergunta à Sr.^a Dr.^a Maria João sobre isso.

Portanto, Sr.^a Doutora, agradecia-lhe que, relativamente às questões a responder, tivesse em conta que a senhora não é o Sr. General Martins Pereira nem o Sr. Ministro Azeredo Lopes.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP) — Já tínhamos dado por isso.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Na certeza de que a depoente saberá quem é, faça favor, Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes, para responder às questões formuladas.

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Telmo Correia, sim, naturalmente que contactei com o General Martins Pereira e perguntei se tinha sido entregue o documento de que se falava. E o que o General Martins Pereira me disse foi que não tinha sido dada entrada de qualquer documento. E foi isto *sic* a resposta do General Martins Pereira.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sem mais?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sem mais. O que lhe perguntei foi: «Sr. General, a comunicação divulgou aquilo», que, aliás, já era do conhecimento. E o Sr. General respondeu-me que não tinha sido dada entrada de qualquer documento.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E não lhe perguntou onde estava o documento?

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Sr. Deputado, se lhe pergunto isto e ele me diz que não, para mim, está respondido que não.

Em relação à pergunta da Sr.^a Deputada Berta Cabral, na realidade, em relação às declarações do Sr. General ...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Não fiz pergunta nenhuma!

A Sr.^a Dr.^a **Maria João Mendes**: — Então, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — No que diz respeito a perguntas, creio que elas foram respondidas pela Sr. Dr.^a Maria João Mendes.

Concluída esta segunda e última ronda, queria agradecer a presença da Sr.^a Dr.^a Maria João Mendes e o seu depoimento, a instâncias das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 35 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.